

Por Antonio Penteado Mendonça



A pandemia do coronavírus entrou em cena feito faca quente em manteiga

A futurologia é uma ciência incerta, imprevisível e aleatória, cujo resultado, invariavelmente, desmente as conclusões iniciais. Em 2019, no Congresso Nacional dos Corretores de Seguros, era quase unanimidade que o setor tinha capacidade para dobrar de tamanho nos próximos cinco anos. Os comentários eram no sentido de que não era sequer preciso acrescentar os novos seguros, decorrentes dos riscos climáticos, cibernéticos e de responsabilidade para a conta fechar sem maiores dificuldades. Em 2024, o setor de seguros seria o dobro do que era em 2019 pela adição dos novos seguros contratados nas carteiras tradicionais, como veículos, residencial, pequenas e médias empresas, vida em suas várias formas e planos de saúde, que, com a retomada do crescimento, voltaria aos cinquenta milhões de beneficiários.

A conta era certa, só que não vai acontecer. Em 2024 o setor de seguros não será o dobro do tamanho de 2019. Coisas da futurologia transformada em realidade, que muda tudo como num passe de mágica, até quando o resultado é uma barbada que não pode dar errado. Infelizmente, na vida, o inesperado acontece e dá errado. Aliás, esta é uma das razões para, há mais de quatro mil anos, o seguro ser tão importante para a proteção da sociedade. O inesperado faz parte da vida. E pode custar caro. 2020 chegou para acabar com a festa. E o ano que começou prometendo fazer sua parte para confirmar as previsões do setor, em três meses mostrou que não era bem assim, que o bicho ia pegar e as coisas ficariam muito complicadas.

A pandemia do coronavírus entrou em cena feito faca quente em manteiga. Furou fundo, se espalhou pelo planeta e já fez mais de um milhão e oitocentas mil vítimas fatais, sendo mais de duzentas mil no Brasil.

O impacto econômico foi tão forte quanto o susto diante da possibilidade da morte. Todas as nações sentiram os efeitos da recessão gerada pela pandemia e pelas medidas adotadas para enfrentá-la, notadamente o isolamento social, que num primeiro momento funcionou quase que espontaneamente, fechando a sociedade com todas as consequências negativas advindas, como a quebra maciça de empresas e o desemprego recorde, que só no Brasil deixou mais de quatorze milhões de pessoas sem trabalho.

O resultado é uma recessão de mais de 6%, a dívida pública próxima de 100% do PIB, o desemprego elevado e setores tradicionalmente fortes, como a indústria automotiva, encerrando 2020 com uma queda de mais de 20% em relação ao ano passado.

A grande exceção foi o agronegócio, seguido da indústria de mineração. Os dois setores são responsáveis diretos pelo desempenho positivo da balança comercial, que fechou o ano com superávit de mais de cinquenta bilhões de dólares, auxiliada também pela queda das importações.

Mas se o agronegócio e a mineração brilharam, outros setores também não se saíram mal e aí merece destaque o setor de seguros, que, com certeza, não dobrará de tamanho até 2024, mas fechou 2020 com números bastante interessantes, especialmente se comparados ao desempenho do País.

Não houve milagre. Os resultados são consequência dos vários momentos ao longo do ano. Inicialmente, o isolamento social reduziu a sinistralidade de forma geral, o que compensou a queda do faturamento decorrente da quebra generalizada, especialmente ao longo do segundo trimestre. Além disso, nos primeiros três meses, o faturamento foi positivo, o que melhorou o resultado do primeiro semestre.

No início do segundo semestre aconteceu uma retomada mais forte do que a esperada e que se manteve consistente até o final do ano, melhorando os números brasileiros, que, se caíram 6%, tiveram um desempenho muito melhor do que a queda de 10% inicialmente prevista.

2021 será um ano desafiador. Os obstáculos são sérios. Se o Brasil não fizer as reformas necessárias a situação pode se complicar. Mas para o setor de seguros as perspectivas continuam positivas. Os prognósticos apontam um crescimento da economia da ordem de 3%. E ele precisa ser segurado.

Fonte: O Estado de S. Paulo, em 11.01.2021